

Volume
31/2
ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**História Pública: caminhos para a
democratização do conhecimento já disponível!**

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

**História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPEL); Alice da Conceição Teixeira (UFPEL); Flaviano Batista Ferreira (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira(UFPEL); Ângelo Rodrigo Silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH / Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 – 199 p. ; 3 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907



**Editora
UFPel**

Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07
A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA 12
WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY

Denis Ramon Funes Flores

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO 22

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 35

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES 55

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

**MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO
UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A
PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA** **78**

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH
COMMISSION/UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

**ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO
DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)** **95**

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN
SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

**ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E
ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA** **112**

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY
EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

**BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL
PELOTENSE** **130**

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

**DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES,
PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM
PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA** **145**

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND
TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN
PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

**O EMPÓRIO DAS ARTES E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE
SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168**

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF
SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

**Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa |
Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges**

**ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O
PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182**

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN
URBAN PROJECT IN THE AMAZON

**Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva |
Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar**

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB). Também é bacharel em Arquivologia pela mesma instituição e pós-graduado em Gestão de Documentos e Informações pela Faculdade Unyleya (2021). É Mestre em História pela mesma Universidade e, atualmente, está como Doutorando em Sociologia pela UnB. Desde 2024, é Arquivista do Senado Federal.

E-mail: alvesalexandre555@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0406-2335>

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre os desafios enfrentados pelo Arquivo do Senado Federal no campo da História Pública. Em outras palavras: que tipo de História Pública os servidores dessa instituição produzem, quando se voltam a estudar o nosso passado? Para tanto, será realizada, inicialmente, uma breve contextualização dos setores do Arquivo responsáveis pela difusão do acervo e, em seguida, com base em Arendt (2014) e Habermas (2014), serão expostas algumas reflexões sobre que tipo de História Pública é produzida pelos servidores da Administração Pública em linhas gerais. Por fim, será apresentada a “Coletânea do Arquivo do Senado Federal”, a fim de demonstrar como essa iniciativa foi desenhada para enfrentar alguns dilemas desse novo campo historiográfico dentro do Poder Legislativo brasileiro.

Palavras-chave: Arquivo; Senado Federal; História Pública.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the challenges faced by the Federal Senate Archive in the field of Public History. In other words: what kind of Public History do the staff of this institution produce when they turn to studying our past? To this end, we will first provide a brief contextualization of the Archive's sectors responsible for disseminating its holdings and, subsequently, based on Arendt (2014) and Habermas (2014), we will offer some reflections on the kind of Public History produced by public administration staff in general. Finally, the “Federal Senate Archive Collection” will be presented in order to demonstrate how this initiative was designed to address some of the dilemmas of this emerging historiographical field within the Brazilian Legislative Branch.

Keywords: Archives; Federal Senate; Public History.

Considerações iniciais

O Arquivo do Senado Federal completa duzentos anos de história em 2026 e, como será demonstrado, é um dos setores mais antigos desta instituição. Em razão desse pioneirismo, ele tem sob sua custódia aproximadamente 43 mil caixas (7,5 mil metros lineares) de informações produzidas e recebidas no exercício das suas atividades-meio e fim, as quais somam cerca de 152 mil documentos textuais.

O Arquivo do Senado Federal dispõe ainda de um rico acervo fotográfico com mais de 40 mil imagens em suporte papel, além de documentos nato digitais (produzidos em meio eletrônico), a partir da implementação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), em 2015. Para termos uma noção mais exata da dimensão do seu acervo (e também a título de curiosidade), “Se todos os papéis do Arquivo fossem enfileirados, como numa estante de livros, eles se estenderiam por 16 quilômetros - seis vezes a extensão da Avenida Paulista, quatro vezes a Praia de Copacabana ou toda a extensão do Plano Piloto de Brasília” (WESTIN, 2015, p.15-16).

Todavia não é apenas a quantidade que chama a atenção. Na instituição estão guardados, por exemplo, as Fallas do Throno¹, consideradas patrimônio documental pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2014; o processo legislativo completo da Lei Áurea, que se iniciou no dia 08 de maio de 1888; todas as Constituições brasileiras promulgadas, a partir de 1891; e os Termos de Posse dos Presidentes da República; algumas amostras que indicam o valor imensurável dos seus registros.

A riqueza documental, porém, talvez seja o seu principal desafio, já que, por ser guardião de uma história e de uma memória conhecidas como “oficiais”, o Arquivo do Senado Federal possui dificuldades em se aproximar dos públicos externos, dilema esse que se acentua, em um período de polarização política que vem caracterizando o Brasil das últimas décadas. Diante desse quadro complexo, servidoras e servidores desse serviço têm se perguntado qual a melhor forma de disseminar a informação sob sua custódia e se aproximar cada vez mais do povo brasileiro.

O objetivo deste artigo, assim, é refletir sobre os desafios enfrentados pelo Arquivo do Senado Federal no campo da História Pública. Em outras palavras: que tipo de História Pública as servidoras e os servidores dessa instituição produzem, quando se voltam a estudar o nosso passado? Para tanto, será realizada, inicialmente, uma breve contextualização dos setores do Arquivo responsáveis pela difusão do acervo e, em seguida, com base em Arendt (2014) e Habermas (2014), trataremos algumas reflexões sobre que tipo de História Pública é produzida pelos servidores da Administração Pública em linhas gerais. Por fim, será apresentada a “Coletânea do Arquivo do Senado

¹ As Fallas do Throno consistiam nos discursos proferidos pelo Imperador e pelos Regentes, no decorrer do Brasil Império. Em média, ocorriam duas vezes ao ano, durante a abertura e o encerramento do ano legislativo; e abordavam temas variados, como política, economia e até mesmo críticas a opositores do governo. Elas podem ser acessadas por meio deste link: <https://atom.senado.leg.br/index.php/fallas-do-throno>. Acesso em: 28 jul. 2026.



Federal”, a fim de demonstrar como essa iniciativa foi desenhada para enfrentar alguns dilemas desse novo campo historiográfico dentro do Poder Legislativo brasileiro.

O Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo do Senado Federal à luz da Arquivologia

Como mencionado na parte inicial, o Arquivo do Senado Federal completa 200 anos de história em 2026 e, diferentemente de outros setores que foram sendo criados à medida que a instituição se expandia, o Arquivo já estava presente desde o seu início, aparecendo, por exemplo, no projeto constitucional de 1823.

Referendada a Lei pelo Secretario competente, e Sellada com o Sello do Estado, guardar-se-ha hum dos Originais no Archivo Publico, o outro igual assignado pelo Imperador, e Referendado pelo Secretario competente será remetido ao Senado, em cujo Archivo se guardará. (BRASIL, 1823, p.18).

Apesar do fechamento da Assembleia Constituinte desse ano, o Arquivo permaneceu na Constituição outorgada por Dom Pedro I (1798-1834), em 1824.

Se o Imperador adoptar o Projecto da Assembleia Geral, Se exprimirá assim = O Imperador Consente = Com o que fica sancionado, e nos termos de ser promulgado como Ley do Império; e hum dos dous Autografos, depois de assinados pelo Imperador, será remetido para o Archivo da Câmara, que o enviou; e o outro servirá para por elle se fazer a Promulgação da Ley pela respectiva Secretaria d'Estado, aonde será guardado. (BRASIL, 1824, p.9).

De lá para cá, o Arquivo do Senado Federal passou por várias transformações. A título de curiosidade, é importante pontuar que ele mudou de sede três vezes: durante o Brasil Império (1824-1889), estava instalado no Palácio Conde dos Arcos, onde atualmente se encontra a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; com a Proclamação da República, permeada pelos ideais de modernidade, civilização e progresso, o Arquivo foi transferido para o Palácio Monroe em 1925; e, por fim, com a mudança da capital do Rio para Brasília em 1960, o Arquivo se mudou para o Planalto Central.

As mudanças, porém, não se restringiram à questão do espaço: subordinada à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC), a Coordenação de Arquivo do Senado Federal (COARQ) é atualmente o setor responsável por planejar e executar a gestão arquivística de documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional e, inseridos na COARQ, dois setores em especial trabalham direta ou indiretamente com o campo da História Pública.

O primeiro é o Serviço de Gestão de Arquivo Permanente (SEGAP), responsável por receber, conferir, arquivar e tornar acessíveis os documentos arquivísticos permanentes, recolhidos, de acordo com a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional; o segundo é o Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo (SEPDIF), responsável por subsidiar



pesquisas referentes ao acervo da instituição e por planejar e executar projetos de difusão do acervo documental custodiado pela COARQ.

Analisando as responsabilidades desses dois Serviços, em um primeiro momento, elas não chamam atenção, tendo em vista que, aparentemente, parecem competências mais burocráticas, entretanto, quando pensadas à luz da literatura arquivística, a criação (ou melhor, a separação) desses dois setores obtém um outro sentido, diferenciação essa que vai ao encontro do campo da História Pública.

Por muito tempo, um dos principais fundamentos da Arquivologia foi a Teoria das Três Idades. Desenvolvido por Theodore Schellenberg (1903-1970), esse conceito define a organização da informação de acordo com os seus valores: no estágio corrente (ou primeira idade), os documentos possuem um valor primário, dado que são importantes ao produtor, seja ele uma pessoa física ou jurídica. Como o arquivo corrente é utilizado constantemente ou, caso não o seja, possui uma grande chance de ser empregado, ele é mantido de maneira próxima ao seu criador, com o objetivo de facilitar a tomada de decisão no dia a dia, por exemplo.

O arquivo intermediário (ou segunda idade) mantém o valor primário, porém, como a sua chance de uso é menor, esses documentos são transferidos para um outro local mais distante do produtor, a fim de gerar mais economia. Nesse estágio, os documentos cumprem um prazo de guarda prescricional (legal) ou precaucional e ficam custodiados aguardando a eliminação ou o recolhimento. Tanto a eliminação quanto o recolhimento são resultados de um processo de avaliação, que, em linhas gerais, aplica a tabela de temporalidade produzida pela instituição física ou jurídica.

Após a avaliação, os documentos podem ser recolhidos ao arquivo permanente (ou terceira idade) e, nesse momento, eles passam a ter um valor secundário, ou seja, obtém um sentido diferente daquele pelo qual foram gerados inicialmente. Nesse estágio, a informação se torna importante, então, à memória e à história de uma pessoa, seja ela física ou jurídica. Em outras palavras: o documento se transforma em um patrimônio cultural, devendo ser guardado para sempre.

Em parte, a COARQ seguiu essa teoria para desenhar o seu organograma. Atualmente essa Coordenação é composta por quatro setores: o Serviço de Gestão de Documentos (SEGED), o Serviço de Gestão de Arquivo Intermediário (SEGA), o Serviço de Gestão de Arquivo Permanente (SEGAP) e o Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo (SEPDIF). Os dois primeiros são aqueles responsáveis pela gestão de documentos de valor primário e os dois últimos pelas informações de valor secundário.

Em outras instituições públicas, é mais comum que se tenha apenas um arquivo permanente, competente, assim, para guardar e disseminar a documentação importante à história e à memória institucionais. Todavia o Senado Federal decidiu por seguir um caminho diferente: a SGIDOC, ao “dividir” o arquivo permanente, criou o SEPDIF, voltado justamente para se aproximar da sociedade brasileira como um todo, seja por meio de visitas guiadas ou mediante atendimento de pesquisas. Como o SEPDIF é o setor responsável por planejar e executar projetos de difusão dentro do arquivo da instituição, suas atribuições, assim, vão ao encontro de uma História Pública.

A História Pública dentro do serviço público

Em linhas gerais, a História Pública é um campo da historiografia que se encontra em um limbo entre a divulgação e a comunicação científicas. Enquanto a divulgação “abrange a utilização de recursos, técnicas, processos e veículos para disseminar informações de natureza científica, tecnológica ou relacionadas às inovações ao público leigo” (FERREIRA DA SILVA, 2024, p.250), a comunicação “engloba a utilização de meios ou canais tanto virtuais quanto presenciais, como congressos, conferências, workshops, minicursos e simpósios. Isso evidencia que essa forma de comunicação se destina especificamente a um público com formação acadêmica universitária” (FERREIRA DA SILVA, 2024, p.250).

A História Pública, assim, é um campo científico, mas que, curiosamente, se volta a um público não acadêmico, sendo um dos seus principais desafios estabelecer um direcionamento, ou seja, quem se procura engajar? Esse quadro se acentua em um mundo caracterizado por diferentes plataformas de streaming, *Youtube*, *Instagram*, *Facebook*, que, mesmo não sendo criados especificamente para objetivos científicos, se transformaram em plataformas importantes nesse sentido. Seguindo essa linha, Ferreira da Silva (2024) traz alguns exemplos que vêm se destacando no mundo digital, ao comentar, por exemplo,

que os canais mais acessados e comentados na plataforma sejam como o Nostalgia, do influenciador digital Felipe Castanhari, o Buenas Ideas, do jornalista Eduardo Bueno, e o canal do Pirula, do youtuber e biólogo Pirula. Dentre os historiadores mais cotados, estão presentes Deborah Aladim, com canal de mesmo nome, e Icles Rodrigues, do *Leitura Obriga História*. (2024, p.246).

Como se trata de um ambiente bastante complexo e heterogêneo, é importante realçar que existem outras iniciativas que, por mais que se voltem à História Pública, ferem o compromisso desse campo com a ciência. Um exemplo disso é o “Brasil Paralelo”, um canal atualmente utilizado pela extrema direita para divulgar *Fake News* e distorcer certos passados para uso dessa corrente política.

Ao refletir, porém, sobre esse campo historiográfico, um detalhe que se nota é que a História Pública dentro do serviço público segue alguns caminhos diferentes: o primeiro deles (e mais claro) é o de não se ligar necessariamente ao âmbito privado, isso é, ao mercado. O seu objetivo, então, não é o de monetizar e de consequentemente lucrar com uma determinada publicação ou vídeo, mas, sim, ser um meio de divulgação e de comunicação científicas. Logo, por mais que a História Pública dentro do serviço público faça parte dessa disputa, ela obtém um outro tipo de autonomia, quando comparada a canais privados que são “obrigados” a tocar em determinados assuntos, visto que eles irão trazer mais engajamento e, por consequência, mais dinheiro.

Nesse sentido, um dilema que se apresenta à História Pública dentro do serviço público é indagar: quem se procura engajar? Ainda que o mercado ofereça de maneira problemática um direcionamento baseado no lucro, ele oferece, de certo modo,



um norte para a iniciativa privada. Para a Administração Pública, portanto, o nicho não é claro dessa maneira, tendo em vista que o termo “público” diz respeito a toda a sociedade brasileira, sendo, portanto, bastante vago.

O que se nota, assim, é que o campo de atuação uma História Pública é bem peculiar, quando analisada à luz do Estado, adquirindo obrigações específicas que decorrem da sua própria gênese. Ao analisar o início da noção de “público”, Habermas (2014), por exemplo, aborda que a

esfera pública burguesa pode ser entendida, antes de mais nada, como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com eles as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social - essencialmente privatizadas, mas publicamente relevante (2014, p.135).

Partindo desse ponto, entende-se que, em contraposição ao que Habermas (2014) aborda, a História Pública dentro do serviço público é a reunião de agentes estatais que já estão investidos nessa posição, dadas a aprovação em um concurso ou a designação para ocupar um cargo comissionado. Apesar dessas diferenças, ambos têm que seguir os fundamentos estabelecidos pela própria Administração Pública, em especial os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, estabelecidos na Constituição de 1988.

Seguindo essa linha, outra diferença relevante é que os agentes estatais são um público “sem aparência” e que não pode ser totalmente visto, já que o

termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não completamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência - aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos - constitui a realidade (ARENDT, 2014, p.61).

Em outras palavras: quando tratamos de História Pública dentro do serviço público, a aparência do servidor é relativizada, se considerarmos a presença dos princípios constitucionais citados. Começando pelo da legalidade: de acordo com ele, os agentes estatais só podem fazer aquilo que estiver previsto em lei, diferentemente dos particulares que possuem mais autonomia (o que não é proibido é permitido). Partindo desse ponto, é possível realizar uma associação com o fundamento da moralidade, tendo em vista que

A moralidade administrativa não se confunde com a moral comum da sociedade, pois aquela é jurídica e se origina da disciplina interna da Administração Pública e das normas pertinentes ao exercício da função pública por agentes públicos. A moral comum está vinculada à distinção entre o bem e o mal, entre o correto e o incorreto enquanto moral



administrativa também se refere às regras de boa administração, de bem comum (NASCIMENTO, 2013, p.59).

Já no caso da impessoalidade, a questão da “aparência” se acentua: primeiramente, esse princípio define que devemos dispensar um tratamento igualitário e sem discriminações; em segundo lugar, estabelece que o objetivo de qualquer ação é o interesse público; e, por fim, esse fundamento serve também para vedar a promoção pessoal. Fazendo um paralelo com o campo da História Pública, como realizar essa divulgação atendendo a todos ou sem calar algumas vozes? Qual é o real objetivo do interesse público dentro desse campo historiográfico? E como produzir algo sem promover a própria imagem, dado que a produção é realizada por uma servidora ou por um servidor?

Dando continuidade aos dilemas, ao analisar o princípio da publicidade, observa-se que, em regra, todos os atos são públicos e, portanto, devem ser transparentes, a fim de facilitar o próprio controle popular. Desse modo, como se daria essa participação do povo em relação a um trabalho de História Pública dentro do serviço público? Como fazer com que um produto nesse sentido tenha o crivo e, conseqüentemente, a legitimação da sociedade brasileira antes ou após a publicação?

Por fim, cabe destacar também o princípio da eficiência. Esse fundamento foi inserido na Carta Magna de 1988 pela Emenda Constitucional nº19/1998 e sua inserção demonstra que a legalidade, a moralidade, a impessoalidade e a publicidade, por si só, não eram o bastante. Foi necessário criar, então, um conceito que garantisse que os outros fossem executados de maneira célere e de qualidade, no intuito de alcançar, de uma forma mais efetiva, o povo brasileiro.

Pensando no campo da História Pública dentro do serviço público, será que a eficiência, em si, ajuda ou atrapalha? Será que, ao se analisar um acontecimento de forma mais rápida, não são aumentadas as chances de elaborar explicações mais rasas? E o contrário: se a publicação for mais lenta, será que não se deixará de atender à sociedade brasileira em um momento mais oportuno?

Para Arendt (2014), o termo público pode significar também “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (2014, p.64). Partindo desse ponto, o que se nota é que, no caso de uma História Pública dentro do serviço público, essas linhas entre o que é ou não privado são tênues e tendem a se confundir, já que a

Experiência histórica não é apenas dada previamente nos vestígios do passado com que os historiadores lidam, sob a forma de fontes. História é dada previamente também em nós, e mesmo mais, na medida em que nós próprios somos resultados de desenvolvimentos temporais de longa duração. Antes de pensarmos em história, e antes de a rememorarmos, já somos história. Antes de pensarmos no passado como passado (...), o passado é presente (RÜSEN, 1998, p.100).





Como se pôde notar, o objetivo, aqui, não foi o de elaborar respostas concretas, mas, sim, de refletir sobre os desafios de uma História Pública produzida por agentes estatais. Seguindo essa linha, o próximo passo é demonstrar como a “Coletânea do Arquivo do Senado Federal” foi desenhada, a fim de trazer algumas “soluções” que, talvez, possam facilitar o dia a dia dos servidores envolvidos nos dilemas tratados.

A “Coletânea do Arquivo do Senado Federal”: uma iniciativa de História Pública dentro do Poder Legislativo

A relação do Arquivo do Senado Federal com a História Pública não é de hoje, mas, sim, fruto de um processo que ganhou força em 1988, com a publicação do livro “A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas”². Composto por dois volumes, esse produto, que já está na sua 3ª edição, apresenta um conjunto de leis e de discursos relacionado à escravidão brasileira dentro do Poder Legislativo, sendo, assim, um apanhado bem interessante para todos aqueles interessados no tema.

Outra obra, essa de 1990, foi a publicação do “Arquivo Secreto”³. Esse produto, também composto por dois volumes, foi uma parceria realizada pela então Subsecretaria de Arquivo com uma Comissão Especial designada extraordinariamente para esse fim. Como se pode notar pelo título, essa iniciativa tinha o objetivo de dar transparência a documentos sensíveis, em um período de maior abertura política, haja vista o fim da ditadura civil-militar (1964-1985) e as lutas pela redemocratização que levaram à promulgação da Constituição de 1988.

Já nos anos 2000, outra importante publicação foram as “Proposições Legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro”⁴, criada como uma forma de dar maior visibilidade às mulheres e a questões feministas. Essa obra, que data de 2004, também foi fruto de uma outra parceria do Arquivo do Senado Federal, mas agora com a “Comissão Especial da Mulher”.

Em 2014, é criado um dos nossos principais produtos de divulgação: o “Arquivo S: o Senado na História do Brasil”⁵, que consiste em um projeto da Coordenação de Arquivo juntamente com a Secretaria de Comunicação da Casa, no qual se utilizam as informações custodiadas pela instituição, como discussões e projetos, para abordar a trajetória brasileira. A cada mês (com exceção de janeiro), são publicadas matérias jornalísticas que, no final do ano, são reunidas em um único volume.

Um ponto de destaque é que os compilados são ilustrados com várias caricaturas que ajudam a introduzir o tema que será abordado no texto. Atualmente o

² Para ter acesso à obra completa, acessar o link: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243294>. Acesso em: 28 jul. 2026.

³ Para ter acesso à obra completa, acessar o link: https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/instrumentos/publicacoesarquivo/copy_of_revista-do-arquivo-do-senado-federal. Acesso em: 28 jul. 2026.

⁴ Para ter acesso à obra completa, acessar o link: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/192425>. Acesso em: 28 jul. 2026.

⁵ Para ter acesso à matéria completa, acessar o link: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/546864>. Acesso em: 28 jul. 2026.





“Arquivo S” está na décima edição e outro ponto relevante desse trabalho é que a pesquisa histórica é realizada pelos estagiários do SEGAP e do SEPDIF, o que fomenta os graduandos em História a, desde o início acadêmico, estarem em contato com fontes primárias.

Desde 2024, o Arquivo do Senado está participando, de maneira mais concreta, de Bienais e de Feiras do Livro que estão se demonstrando um outro canal relevante de disseminação de História Pública da instituição, visto que, nas rodas de conversas elaboradas por esse serviço, o público externo tem conhecido mais os projetos em desenvolvimento e tem recebido ainda algumas réplicas de documentos que ajudam a visualizar e a contar a história do nosso país.

Em 2025, ocorreu ainda uma grata surpresa, quando a Rádio do Senado convidou o Arquivo, para realizar uma entrevista sobre o dia a dia do serviço. Desde então, passou-se a divulgar alguns documentos que ajudam a contar a trajetória do nosso país. Em uma entrevista, por exemplo, foram abordados os documentos que contam parte da história da Redemocratização de 1985, como os Termos de Posse de Tancredo Neves e de José Sarney; o “Emendação”; o Plano Cruzado; e o Plano Bresser Pereira. Nas outras ocasiões, discutiram-se os bastidores da Lei Áurea e da inauguração de Brasília.

O que esses projetos têm em comum é que todos eles são frutos de parcerias do Arquivo do Senado Federal com algum outro setor da Casa, seja ele uma Comissão ou uma Secretaria, por exemplo. O que se percebeu, nesse sentido, é que faltava um projeto próprio do setor e, desse incômodo, nasceu a “Coletânea do Arquivo do Senado Federal”⁶, lançada em 2025.

Em linhas gerais, esse projeto possui dois objetivos: o primeiro é servir para a memória institucional do Arquivo. Como mencionado, a COARQ é atualmente o setor responsável por planejar e executar a gestão arquivística de documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional e, dadas essas atribuições, ocorrem visitas das mais variadas: são recebidos públicos vindos de escolas, faculdades, universidades, pesquisadores, outros servidores interessados em entender a gestão documental na Casa e, também, curiosos em conhecer um pouco mais sobre a história do Brasil. Desse modo, matérias são elaboradas e publicadas na Coletânea, no intuito de se ter um controle mais preciso do que realizamos ao longo do ano.

O segundo objetivo da “Coletânea do Arquivo do Senado Federal” (e o mais relevante) é ser uma iniciativa de História Pública. Em outras palavras: é um projeto que reafirma o compromisso científico do campo da História e, desse modo, procura-se fazer uma divulgação mais próxima da nossa sociedade. A primeira preocupação da Coletânea, assim, é com a veracidade das fontes. Em uma época que, infelizmente, se caracteriza pelo uso de *Fake News*, utilizam-se fontes primárias e que estão preferencialmente sob a custódia do Arquivo, pois, ao agir dessa maneira, é cumprido

⁶ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/instrumentos/publicacoesarquivo/revista-do-arquivo-do-senado-federal>. Acesso em: 28 jul. 2026.





um dos requisitos mais importantes de uma ciência que busca (apesar de inalcançável) a verdade do passado.

A segunda preocupação é com a linguagem. Em linhas gerais, evita-se utilizar jargões muito técnicos ou fazer citações longas, pois expressões muito formais e extensas podem prejudicar o entendimento dos textos, afastando os leitores. Nesse sentido, são usadas expressões até mesmo coloquiais (geralmente acompanhadas com o recurso das aspas), com o objetivo de ajudar a compreensão e isso tem ajudado, curiosamente, nas próprias visitas, já que facilita a adaptação aos diferentes públicos.

A terceira preocupação é com a seleção do assunto e, talvez, esse seja o ponto mais sensível, quando lidamos com uma História Pública dentro do Poder Legislativo. Ao explorar a ideia de público de Arendt (2014), destacou-se que a noção de aparência se aplica de maneira relativa, ao tratarmos de servidores públicos, haja vista que essa posição é afetada pelos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da transparência e da eficiência. Outro ponto já mencionado é que a ideia de público pode significar também “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele” (ARENDT, 2014, p.64).

Trazendo essas questões para uma História Pública dentro do Poder Legislativo, elas se acentuam, tendo em vista que a escolha de um tema (e não outro) pode ser interpretada como apoio a um determinado partido ou corrente política. Em outras palavras: por mais que um servidor público tenha a sua “aparência” relativizada por ser um agente da Administração, no caso do Poder Legislativo, essa mesma “aparência” corre o risco de ser rapidamente desfeita e, infelizmente, mal interpretada, ainda mais em um Brasil marcado atualmente pela polarização política e pelo crescimento da extrema direita.

Outro detalhe já mencionado é que, dentro do Poder Legislativo, a ideia do que é comum e particular se torna ainda mais sensível, visto que se fala de política e consequentemente de poder. Lida-se, então, com

a habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDT, 2016, p.60-61).

Diante desse impasse, qual tema escolher para compor uma História Pública dentro do Poder Legislativo brasileiro? Uma “solução” encontrada foi a de selecionar efemérides, no intuito de justificar a abordagem de alguns temas e não de outros. Em 2025, por exemplo, foram escritos textos sobre os 40 anos da Redemocratização de 1985; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015; e a mudança do Arquivo do Senado Federal para Brasília em 1960.



Todavia não basta apenas realizar uma seleção de assuntos, mas é imprescindível também estruturar o texto, a fim de não correr o risco de ser mal interpretado. A quarta (e última) preocupação, portanto, foi não se concentrar exclusivamente nas fontes primárias (ou em uma análise mais densa), sejam elas projetos ou discursos, tendo em vista que há outros trabalhos e pesquisas que dão conta disso de uma maneira mais competente que o Arquivo do Senado Federal.

A “solução”, assim, foi a de destacar que esses documentos, na realidade, são frutos de processos históricos que não se iniciaram recentemente e, para tanto, tem-se utilizado o conceito de “Longa Duração” de Braudel (1992). Partindo desse ponto, a fonte foi considerada expressão da “curta duração”, ou seja, do acontecimento. Todavia esse fato, como destaca o historiador francês,

pode carregar-se de uma série de significações ou de relações. Èle testemunha, às vezes, movimentos muito profundos, e, pelo jôgo factício ou não das “causas” e dos “efeitos”, caros aos historiadores de ontem, anexa a si em tempo muito superior à sua própria duração. Extensivo ao infinito, êle se liga, livremente ou não, a tôda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, destacar-se, desde então, umas das outras. (BRAUDEL, 1992, p.45).

Seguindo essa linha, decidiu-se explorar essa teia de significados, ampliando, assim, os processos históricos. Como mencionado, na “Coletânea do Arquivo do Senado Federal” de 2025, foram definidos três assuntos: os 40 anos da Redemocratização de 1985; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015; e a mudança do Arquivo do Senado Federal para Brasília em 1960.

Em relação aos 40 anos da Redemocratização de 1985, ao invés de se concentrar exclusivamente nos documentos que estão custodiados no Arquivo do Senado Federal, como os Termos de Posse de Tancredo Neves e de José Sarney, o “Emendão”, o Plano Cruzado ou o Plano Bresser Pereira, decidiu-se por analisar como que a ideia de cidadania foi se desenvolvendo em diferentes momentos da trajetória brasileira. Desse modo, foram questionados os mitos criados em torno do 7 de setembro e a expressão “Pai dos pobres” varguista, analisando também como se dava o voto no Brasil Império, a fim de demonstrar que as lutas que levaram à promulgação da Constituição de 1988 não eram uma exceção, mas, sim, um outro capítulo de reivindicações populares em nosso país.

Acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência, optou-se por tratar como essa estigmatização ajudou a formar o que hoje entendemos por “Ocidente”. Foram incluídos, assim, exemplos de como a pessoa com deficiência era tratada na Grécia Antiga e como essa questão foi sendo interpretada pelas religiões cristãs. Para fazer um paralelo com o nosso país, destacou-se, inicialmente, como a escravidão brasileira se relacionou à formação desse preconceito, salientando, assim, como esse estigma se perpetuou no início da Primeira República (1889-1930).

Sobre a transferência do Arquivo do Senado Federal para Brasília, decidiu-se por abordar a ideia de que a construção de uma capital no Planalto Central





não era novidade de Juscelino Kubitschek, mas já vinha sendo debatida antes mesmo da Assembleia Nacional Constituinte de 1823, discussões essas que perpassaram o período colonial, imperial e o nosso início republicano até a decisão do presidente mineiro.

Por fim, é importante destacar que a “Coletânea do Arquivo do Senado Federal” é um trabalho de esforço coletivo: tanto os servidores da COARQ quanto os estagiários do SEGAP e do SEPDIF estão escrevendo, editando e revisando o material. Busca-se, assim, a construção de um conhecimento conjunto e isto, talvez, seja a principal vantagem de se fazer uma História Pública dentro do serviço público: ao mesmo tempo que procuramos nos aproximar da sociedade brasileira, ela também nos ajuda a crescer enquanto servidor público.

Considerações Finais

Como se procurou demonstrar, há desafios específicos quando tratamos de uma História Pública dentro do serviço público e o nosso objetivo, aqui, foi o de refletir sobre esses dilemas que se acentuam dentro do Poder Legislativo. Nesse sentido, o que motivou a escrita deste artigo foi a necessidade de mais produções que analisem as peculiaridades desse campo historiográfico quando ele é produzido por agentes do próprio Estado.

Após refletir sobre isso, foram salientadas algumas preocupações em relação à veracidade das fontes, à linguagem, à seleção do assunto e à estruturação do tema. Seguindo essa linha, destacou-se também que a ampliação do processo histórico tem sido uma “solução” para o Arquivo do Senado Federal, mas essa saída é provisória, tendo em vista o dinamismo do campo da História Pública.

Esses desafios e preocupações, todavia, não devem assustar ou levar ao imobilismo. Como mencionado, o campo da História Pública está em disputa e essa batalha, infelizmente, é vencida em algumas situações por aqueles que não respeitam as bases científicas desse campo. Nesse sentido, os desafios e as preocupações devem servir, no dia a dia, como motivação, para que se possa, de alguma maneira, fazer a diferença para a sociedade brasileira e trazer benefícios a ela, pois, na prática, não é isso que significa ser um “servidor público”?



Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. **Projeto de Constituição do Império do Brasil (1823)**. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1823. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185587>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FERREIRA DA SILVA, Daniel. A História Pública e seus quatro pilares em perspectivas aos novos historiadores: combates e narrativas sobre o profissionalismo e a prática de se fazer história. **Faces da História**, v. 11, n. 2, 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NASCIMENTO, Elyesley. **Curso de direito administrativo**: síntese do conteúdo em mais de 200 mapas mentais e quadros esquemáticos distribuídos ao longo do livro. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na Ciência Histórica. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 2, 1998.

WESTIN, Ricardo. Arquivo S: **O Senado na história do Brasil**. Volume 1. Brasília: Senado Federal, 2015.